

# COMISSÃO DE AVALIAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

## CONTRATO DE GESTÃO Nº 002/2018

### ATA DA 5<sup>a</sup> REUNIÃO COMISSÃO DE AVALIAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

Hospital Florianópolis  
Instituto Maria Schmitt- IMAS

PSES: 150950/2022

LOCAL: Sala de Reuniões do Conselho Estadual de Saúde.

DATA: 01 de setembro de 2022

HORÁRIO: 13h30min

#### MEMBROS DA CAF

<b>Titulares</b>	<b>Instituição/unidade representada</b>
Flamaron da Silva Lucas	Secretaria de Estado da Saúde - SES
Cláudia Ribeiro de Araujo Gonsalves	Regulação – SES
Gilberto Antônio Scussiato	Conselho Estadual de Saúde - CES
Alexandra Bittencourt do Nascimento	Servidores do HF
Francisco Jailson de Paiva	Organização Social IMAS
Cláudia Lopes Costa	Conselho Gestor do Hospital Florianópolis
Jocélio Voltolini	Regional de Saúde
<b>Suplentes</b>	<b>Instituição</b>
Aline Cipriani de Souza	Regulação – SES
Sergio Luiz Piazza	Conselho Gestor do Hospital Florianópolis
Olimpijerri Mallmann	Organização Social IMAS
Elaine Cristine da Cunha	Regional de Saúde

1 Na data de 01/09/2022, às 13h30min, foi realizada, na Sala de Reuniões do Conselho  
2 Estadual de Saúde, a 5<sup>a</sup> Reunião da CAF- COMISSÃO DE AVALIAÇÃO E  
3 FISCALIZAÇÃO, do Contrato de Gestão 002/2018, firmado com a Organização Social  
4 Instituto Maria Schmitt, para gerenciamento e execução de serviços de saúde do Hospital  
5 Florianópolis, de Florianópolis, com a presença dos membros abaixo assinados. A servidora  
6 Marta Regina Bauer Barbosa, Secretária Executiva da CAF, saudou a todos os presentes e  
7 em seguida apresentou a pauta como segue: **ITEM I** - Relatório de Avaliação de Execução -  
8 CAF – 1º trimestre de 2021; **ITEM II** - Relatório de Avaliação de Execução - CAF – 2º  
9 trimestre de 2021/1º semestre de 2021; **ITEM III** - Relatório de Avaliação de Execução -  
10 CAF – 3º trimestre de 2021; **ITEM IV** - Relatório de Avaliação de Execução - CAF – 4º  
11 trimestre de 2021/2º semestre de 2021; **ITEM V** - Relatório de Avaliação de Execução -  
12 CAF – Competência de 2021; **ITEM VI** - Prestação de Contas Exercício – 2019 (SES  
13 121016/2022); **ITEM VII** – Prestação de Contas Exercício – 2020 (SES 50933.2022).



# COMISSÃO DE AVALIAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

## CONTRATO DE GESTÃO Nº 002/2018

---

14 **ITEM VIII** – Solicitação IMAS para que a aferição das metas de produção sejam realizadas  
15 a partir de maio de 2022 (PSES 2782/2022); **ITEM IX** – Informes. A Servidora informou  
16 que os documentos norteadores para a análise dos Relatórios são os Anexos I, II e III do  
17 Contrato de Gestão 02/2018 e o 3º Termo Aditivo. Lembrou aos presentes sobre a estrutura  
18 dos Indicadores Assistenciais (avaliados semestralmente com destinação de 90% do valor  
19 global do repasse mensal financeiro – parte fixa), e de Qualidade (avaliados trimestralmente  
20 com destinação de 8% a 10% do valor global do repasse mensal financeiro – parte variável).  
21 Na sequência iniciou a apresentação do **ITEM I - Relatório de Avaliação de Execução - CAF – 1º trimestre de 2021** e a servidora apresentou a análise como segue: Análise da Produção Assistencial: pode-se identificar que no 1º trimestre de 2021 as "Metas Quantitativas" estão abaixo de 70% para todos os serviços contratados. A aferição financeira das Metas de Produção do 1º semestre de 2021 será realizada no Relatório do 2º Trimestre do exercício financeiro. Análise dos Indicadores de Qualidade: de acordo com o que foi pactuado, pode-se identificar o cumprimento das metas exceto para o Indicador "Pesquisa de Satisfação do Usuário" para o qual houve um percentual de cumprimento de meta de 55,58%, resultando em um desconto de R\$ 123.335,61 (cento e vinte e três mil, trezentos e trinta e cinco reais e sessenta e um centavos) no 1º trimestre de 2021. Entretanto, considerando a Lei nº 18.139 de 9 de junho de 2021, que "suspende até 30 de junho de 2021" a obrigatoriedade de manutenção das metas quantitativas e qualitativas contratualizadas pelos prestadores de serviço de saúde de média e alta complexidades, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), entende-se que, em cumprimento à Lei mencionada, os descontos que seriam aplicados pelo não cumprimento de metas, está suspenso, não havendo impacto financeiro para o 1º trimestre de 2021. Após as análises e discussões, a **CAF aprovou por unanimidade o Relatório de Avaliação de Execução, referente ao 1º trimestre de 2021**.  
38 Na sequência iniciou a apresentação do **ITEM II - Relatório de Avaliação de Execução - CAF – 2º trimestre de 2021/1º semestre de 2021** e a servidora apresentou a análise como segue: Análise da Produção Assistencial: o cumprimento de todas as metas ficou abaixo de 70%, sendo apurado pela GAEMC um desconto no valor de 5.328.098, 55 (cinco milhões, trezentos e vinte e oito mil e noventa e oito reais e cinquenta e cinco centavos).  
43 Entretanto, considerando a Lei nº 18.139, de 9 de junho de 2021 que "suspende até 30 de junho de 2021" a obrigatoriedade de manutenção das metas quantitativas e qualitativas contratualizadas pelos prestadores de serviço de saúde de média e alta complexidades, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS); bem como a Lei nº 18.191, de 25 de agosto de 2021, que suspendeu até o dia 30 de setembro de 2021 a obrigatoriedade de manutenção das metas quantitativas e qualitativas contratualizadas pelos prestadores de serviço de saúde de média e alta complexidade, entende-se que, em cumprimento às Leis mencionadas, os descontos que seriam aplicados pelo não cumprimento de metas, está suspenso, **não havendo impacto financeiro para o período**. Análise dos Indicadores de Qualidade: houve o cumprimento das metas para os Indicadores de Qualidade pactuados, com exceção do indicador "Pesquisa de Satisfação do Usuário" que teve um percentual de cumprimento de meta de 76,08%, sendo apurado pela GAEMC um desconto de R\$ 115.113, 24 (cento e quinze mil, cento e treze reais e vinte e quatro centavos) no 2º trimestre de 2021. Após as análises e discussões, a **CAF aprovou por unanimidade o Relatório de Avaliação de Execução, referente ao 2º trimestre de 2021/1º semestre de 2021**. Na sequência iniciou a apresentação do **ITEM III - Relatório de Avaliação de Execução - CAF – 3º trimestre de**

# COMISSÃO DE AVALIAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

## CONTRATO DE GESTÃO Nº 002/2018

59 **2021** e a servidora apresentou a análise como segue: Análise da Produção Assistencial:  
60 pode-se identificar que no 3º trimestre de 2021 as "Metas Quantitativas" estão abaixo de 70%  
61 para todos os serviços contratados. A aferição financeira das Metas de Produção do 2º  
62 semestre de 2021 será realizada no Relatório do 4º Trimestre do exercício financeiro. Análise  
63 dos Indicadores de Qualidade: de acordo com o que foi pactuado, pode-se identificar que  
64 houve o cumprimento de todas as metas, não havendo impacto financeiro para o período.  
65 Após as análises e discussões, a CAF aprovou por unanimidade o Relatório de Avaliação  
66 de Execução, referente ao 3º trimestre de 2021. Na sequência iniciou a apresentação do  
67 ITEM IV - Relatório de Avaliação de Execução - CAF - 4º trimestre de 2021/2º  
68 semestre de 2021 e a servidora apresentou a análise como segue: Análise da Produção  
69 Assistencial: o cumprimento de todas as metas ficou abaixo de 70%, sendo apurado pela  
70 GAEMC um desconto no valor de R\$ 5.328.098, 55 (cinco milhões, trezentos e vinte e oito  
71 mil e noventa e oito reais e cinquenta e cinco centavos). Entretanto, considerando a Lei nº  
72 18.191, de 25 de agosto de 2021, que suspendeu até o dia 30 de setembro de 2021 a  
73 obrigatoriedade de manutenção das metas quantitativas e qualitativas contratualizadas pelos  
74 prestadores de serviço de saúde de média e alta complexidade e a Medida Provisória nº 245  
75 de 29 de setembro de 2021, que suspendeu esta obrigatoriedade até 31 de dezembro de 2021,  
76 o desconto que seria aplicado pelo não cumprimento das metas, foi suspenso, não havendo  
77 impacto financeiro para o período. Análise dos Indicadores de Qualidade: houve o  
78 cumprimento de todas as metas para os Indicadores de Qualidade pactuados, não havendo  
79 impacto financeiro para o período. Após as análises e discussões, a CAF aprovou por  
80 unanimidade o Relatório de Avaliação de Execução, referente ao 4º trimestre de 2021/2º  
81 semestre de 2021. Na sequência iniciou a apresentação do ITEM V - Relatório de  
82 Avaliação de Execução - CAF - Competência de 2021 e a servidora apresentou a análise  
83 como segue: Análise da Produção Assistencial: pode-se identificar que no ano de 2021 o  
84 cumprimento das Metas de Produção Assistencial ficaram abaixo de 70% para todos os  
85 serviços contratados. A aferição financeira das Metas de Produção foi realizada no 1º e 2º  
86 semestres de 2021, junto com os relatórios do 3º e 4º trimestres respectivamente. Análise dos  
87 Indicadores de Qualidade: De acordo com as informações enviadas pelo Hospital referentes  
88 ao ano de 2021, consideramos que houve o cumprimento das metas para os Indicadores de  
89 Qualidade pactuados, exceto no 1º e 2º trimestres para o indicador "Pesquisa de Satisfação do  
90 Usuário" (PSU). A aferição financeira dos Indicadores de Qualidade foi realizada nos  
91 Relatórios de Avaliação de Execução dos referidos períodos. Em relação a Taxa de  
92 Mortalidade Operatória, houve a suspensão das cirurgias eletivas no período da pandemia  
93 por COVID-19, baixando a taxa de óbitos para zero neste período. Após as análises e  
94 discussões, a CAF aprovou por unanimidade o Relatório de Avaliação de Execução,  
95 referente a Competência de 2021. O Sr. Mário Bastos, pediu a palavra e solicitou que  
96 constasse em ata que considera inadequada a participação da Sra. Fernanda Kersting na  
97 presente CAF contestando o parecer técnico da GECOT. O Sr. Francisco, representante do  
98 IMAS, informou que foi aberto SGPE constando manifestação técnica e justificativas quanto  
99 aos pareceres nº 002/2021/SES/GECOT/PCOS e Nº 8/2022/SES/GECOT/PCOS que tratam  
100 das Prestações de Contas de 2019 e 2020. Solicitou que a CAF se manifestasse sobre as  
101 prestações após a análise das justificativas do IMAS, bem como solicitou que os pareceres  
102 sejam encaminhados via SGPE. Após análises e discussão a CAF aprova por maioria,  
103 com voto contrário do Sr. Francisco, a apresentação e análise das Prestações de Contas



## COMISSÃO DE AVALIAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

### CONTRATO DE GESTÃO Nº 002/2018

104 de 2019 e 2020. Em seguida, passou a palavra para a servidora Patricia, da Gerência de  
105 Contabilidade da SES- GECOT que iniciou a apresentação do **ITEM VI - Prestação de**  
106 **Contas Exercício – 2019 (SES 121016/2022)** apresentou o Parecer Técnico nº  
107 002/2021/SES/GECOT/PCOS com as seguintes ressalvas: a) Contratação direta de serviços  
108 de assessoria e consultorias, no valor de R\$ 89.595,20, não pode ser avaliado quanto a sua  
109 economicidade, pois a Organização Social não utilizou o Regulamento de Compras e  
110 Contratações de Obras e Serviços; b) Realização de empréstimos com a matriz IMAS e  
111 Hospital de Araranguá, no valor total de R\$ 623.668,49, não previstos no dispositivo  
112 contratual, devendo a Organização Social adotar medidas para não reincidências; c) Impostos  
113 retidos na fonte, no valor de R\$ 310.214,42, devendo a Organização Social adotar medida de  
114 controle e apresentação dos respectivos recolhimentos e parcelamentos tributários em suas  
115 competências devidas a cada prestação de contas, mantendo o Órgão Supervisor atualizado  
116 para o devido monitoramento. Os respectivos valores serão conciliados e apresentados no  
117 parecer técnico do ano de 2021; d) Despesas com plano de saúde, no valor de R\$ 4.868,89,  
118 sendo necessária a formalização de um regramento pela SES, a fim de uniformização para  
119 todas as organizações sociais; e) Ausência de formação do Fundo de Reserva prevista no  
120 Contrato de Gestão nº 002/2018, por estar em desacordo com as cláusulas contratuais,  
121 devendo a Organização Social constituir o Fundo de Reserva e regularizar os depósitos junto  
122 ao mesmo, ao valor acumulado de R\$ 4.006.763,00. Na sequência apresentou as seguintes  
123 irregularidades: f) Contratação direta de serviços jurídicos, no valor de **R\$ 95.000,00**, não  
124 pode ser avaliado quanto a sua economicidade, pois a Organização Social não utilizou o  
125 Regulamento de Compras e Contratações de Obras e Serviços. g) Despesa com juros e  
126 multas por atraso no pagamento de fornecedores, no valor de **R\$ 59.846,95**, por não  
127 prezarem pela eficiência e economicidade, devendo adotar medida de recomposição dos  
128 valores aos cofres públicos. h) Despesa com juros e multas por atraso no recolhimento de  
129 encargos trabalhistas, no valor de **R\$ 42.394,47**, em por não prezarem pela eficiência e  
130 economicidade, devendo adotar medida de recomposição dos valores aos cofres públicos. i)  
131 Despesa com juros e multas por atraso no pagamento de faturas de energia elétrica e água, no  
132 valor **R\$ 4.901,73**, devendo adotar medida de recomposição dos valores aos cofres públicos.  
133 j) Despesa de juros e multas por atraso no recolhimento de taxa de coleta de resíduos sólidos  
134 a Prefeitura Municipal de Florianópolis, no valor de **R\$ 162,04**, devendo adotar medida de  
135 recomposição dos valores aos cofres públicos. O Sr. Gilberto questionou sobre o retorno da  
136 Organização Social quanto aos questionamentos da GECOT na prestação de contas.  
137 Questionou sobre o fundo de reserva não constituído e dos riscos. Sugeriu que o Estado deva  
138 normatizar a questão do plano de saúde para todas as Organizações Sociais. O Sr. Jocélio  
139 ressaltou que em 2020 houve exploração das indústrias na área médico-hospitalar, com  
140 valores acima do mercado. Ressalta que os pagamentos de juros e multas não são  
141 concebidos. O Sr. Olimpierry relata que há uma grande demanda administrativa e trabalhista  
142 para os dois contratos, que os serviços de assessoria jurídica seguiu a tabela da OAB, que os  
143 trabalhos realizados nas unidades são apresentados mensalmente, o que demonstra  
144 economicidade; Que os pagamentos de juros e multas, e a falta de constituição do Fundo de  
145 Reserva são reflexos do desequilíbrio financeiro dos repasses à unidade e que foi feito um  
146 pedido de recomposição em juízo.

147

# COMISSÃO DE AVALIAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

## CONTRATO DE GESTÃO Nº 002/2018

---

148 O Sr Mário Bastos, informou que a SES vem cumprindo integralmente as parcelas do  
149 contrato. Sugere que a Comissão aprove o parecer técnico da GECOT, bem como às  
150 ressalvas e irregularidades. Diante ao exposto, a CAF delibera nos seguintes itens: a), b), c),  
151 d) e e) Recomenda que sejam observadas Pela Organização Social as ressalvas contidas no  
152 Parecer Técnico nº 002/2021/SES/GECOT/PCOS em relação à Prestação de Contas de  
153 2019. Quanto ao Fundo de Reserva, a CAF recomenda que a SES notifique o IMAS para  
154 regularização. Quanto ao item f) das irregularidades a CAF, atendendo ao pedido do IMAS,  
155 solicita que haja um esclarecimento junto à Secretaria sobre o lançamento desta despesa  
156 como custeio ou como despesa administrativa. E que haja manifestação da COJUR sobre o  
157 assunto e encaminhamentos. Quanto aos itens g), h), i) e j) das irregularidades, a CAF  
158 delibera pelo parcelamento dos valores, a serem descontados dentro do período de vigência  
159 do contrato (até setembro de 2023), com início na próxima parcela. Por fim, a CAF aprova  
160 por unanimidade a **Prestação de Contas Exercício – 2019 (SES 121016/2022)**,  
161 **observando-se as deliberações acima**. Em seguida, a servidora realizou a apresentação do  
162 **ITEM VII – Prestação de Contas Exercício – 2020 (SES 50933.2022)** e apresentou o  
163 Parecer Técnico Nº 8/2022/SES/GECOT/PCOS com as seguintes ressalvas: a) Contratação  
164 direta de serviços de assessoria e consultorias, no valor de R\$ 35.500,00, não pode ser  
165 avaliado quanto a sua economicidade, pois a Organização Social não utilizou o Regulamento  
166 de Compras e Contratações de Obras e Serviços. b) Realização de empréstimos com o  
167 Hospital de Araranguá, no valor total de R\$ 339.866,80, não previstos no dispositivo  
168 contratual, devendo a Organização Social adotar medidas para não reincidências. c) Despesas  
169 com plano de saúde, no valor de R\$ 93.196,23, sendo necessário a formalização de um  
170 regramento pela SES, a fim de uniformização para todas as organizações sociais. d) Impostos  
171 retidos na fonte, no valor de R\$ 776.224,94, devendo a Organização Social adotar medida de  
172 controle e apresentação dos respectivos recolhimentos e parcelamentos tributários em suas  
173 competências devidas a cada prestação de contas, mantendo o Órgão Supervisor atualizado  
174 para o devido monitoramento. Os respectivos valores serão conciliados e apresentados no  
175 parecer técnico do ano de 2021. e) Ausência de recolhimento dos impostos IRRF/INSS/PIS  
176 de encargos sobre a folha de pagamento, nas parcelas 07 a 12/2020, devendo a Organização  
177 Social adotar medida de controle e apresentação dos respectivos recolhimentos e  
178 parcelamentos tributários em suas competências devidas a cada prestação de contas,  
179 mantendo o Órgão Supervisor atualizado para o devido monitoramento. Os respectivos  
180 valores serão conciliados e apresentados no parecer técnico do ano de 2021. f) Aquisição de  
181 materiais e medicamentos para o enfrentamento da Pandemia Covid-19, levantado por  
182 amostragem, no valor total de R\$ 1.642.318,98, cabendo ressalva da adoção da ferramenta  
183 Bionexo na apresentação das respectivas coletas de preço dos processos de compras  
184 apresentados, não prevista no último regulamento de compras apresentado. g) Ausência de  
185 formação do Fundo de Reserva prevista no Contrato de Gestão nº 002/2018, por estar em  
186 desacordo com as cláusulas contratuais, devendo a Organização Social constituir o Fundo de  
187 Reserva e regularizar os depósitos junto ao mesmo, ao valor acumulado de R\$ 6.506.522,61.  
188 Na sequência apresentou as seguintes irregularidades: h) Contratação direta de serviços  
189 jurídicos, no valor de **R\$ 313.795,00**, não pode ser avaliado quanto a sua economicidade,  
190 pois a Organização Social não utilizou o Regulamento de Compras e Contratações de Obras  
191 e Serviços. j) Despesa com juros e multas por atraso no pagamento de fornecedores, no valor  
192 de **R\$ 46.024,05**, por não prezarem pela eficiência e economicidade, devendo adotar medida



## COMISSÃO DE AVALIAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

### CONTRATO DE GESTÃO Nº 002/2018

193 de recomposição dos valores aos cofres públicos. **Diante ao exposto, a CAF delibera nos**  
194 **seguintes itens: a), b), c), d), e), f) e g):** Recomenda que sejam observadas pela  
195 Organização Social as ressalvas contidas no Parecer Técnico Nº 8/2022/SES/GECOT/PCOS  
196 em relação à Prestação de Contas de 2020. **Quanto ao Fundo de Reserva, a CAF**  
197 **recomenda que a SES notifique o IMAS para regularização.** **Quanto ao item h) das**  
198 **irregularidades a CAF,** atendendo ao pedido do IMAS, solicita que haja um esclarecimento  
199 junto à Secretaria sobre o lançamento desta despesa como custeio ou como despesa  
200 administrativa. E que haja manifestação da COJUR sobre o assunto e encaminhamentos.  
201 **Quanto ao item j) das irregularidades, a CAF delibera pelo parcelamento dos valores,**  
202 **a serem descontados dentro do período de vigência do contrato (até setembro de 2023),**  
203 **com início na próxima parcela.** Por fim, a CAF aprova por unanimidade a **Prestação de**  
204 **Contas Exercício – 2020 (SES 50933.2022), observando-se as deliberações acima.** Na  
205 **sequência iniciou a apresentação do ITEM VIII – Solicitação IMAS para que a**  
206 **aferição das metas de produção sejam realizadas a partir de maio de 2022 (PSES**  
207 **2782/2022);** Foi informada a Lei nº 14.400 de 08 de julho de 2022 que suspende o  
208 cumprimento das metas até 30 de junho de 2022. **ITEM IX – Informes.** O IMAS solicita a  
209 revisão das metas quantitativas do atendimento de emergência para adequação à realidade do  
210 Hospital. Os membros Gilberto, Jocélio, Flamarion e Cláudia, se manifestaram quanto à  
211 revisão da permanência da meta quantitativa para atendimento de emergência, sendo que o  
212 hospital é porta aberta com demanda espontânea. A Diretora da Organização Social IMAS,  
213 Fernanda Kersting relata que no início da reunião que o Diretor das OS da SES, Sr. Mário  
214 Bastos tentou cercear o direito à fala desta. Que o mesmo a chamou de deselegante e que  
215 cabe lembrar que esta reunião é pública. O membro Jocélio solicita que o regimento da CAF  
216 seja repassado novamente para os membros da comissão, para que seja cumprido e  
217 observado nas próximas reuniões. O IMAS informa aos membros da CAF que discute o  
218 repasse das verbas à unidade do HF em juízo. Após as discussões e sanadas as dúvidas, a  
219 Servidora Marta Regina Bauer Barbosa, agradeceu a presença de todos encerrou a reunião.  
220 Nada mais havendo a tratar a presente Ata foi lavrada e assinada pelos membros da CAF  
221 presentes na reunião.

222 **Flamarion da Silva Lucas**

223 **Gilberto Antonio Scussiato**

224 **Francisco Jailson de Paiva**

225 **Jocélio Voltolini**

226 **Cláudia Lopes Costa**

227 **Aline Cipriani de Souza**

228 **Florianópolis, 01 de setembro de 2022.**

## Assinaturas do documento



Código para verificação: **1CXA617Z**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ **GILBERTO ANTÔNIO SCUSSIATO** (CPF: 710.XXX.629-XX) em 02/09/2022 às 09:17:42

Emitido por: "SGP-e", emitido em 14/06/2021 - 18:07:33 e válido até 14/06/2121 - 18:07:33.

(Assinatura do sistema)

✓ **FRANCISCO JAILSON DE PAIVA** (CPF: 027.XXX.743-XX) em 02/09/2022 às 14:06:50

Emitido por: "AC CERTIFICA MINAS v5", emitido em 28/06/2022 - 14:52:00 e válido até 28/06/2023 - 14:52:00.

(Assinatura ICP-Brasil)

✓ **FLAMARION DA SILVA LUCAS** (CPF: 658.XXX.760-XX) em 02/09/2022 às 15:10:12

Emitido por: "SGP-e", emitido em 18/02/2019 - 15:27:43 e válido até 18/02/2119 - 14:27:43.

(Assinatura do sistema)

✓ **ALINE CIPRIANI DE SOUZA** (CPF: 015.XXX.369-XX) em 05/09/2022 às 17:54:04

Emitido por: "SGP-e", emitido em 13/07/2018 - 13:14:45 e válido até 13/07/2118 - 13:14:45.

(Assinatura do sistema)

✓ **JOCÉLIO VOLTOLINI** (CPF: 550.XXX.459-XX) em 08/09/2022 às 14:52:33

Emitido por: "SGP-e", emitido em 29/03/2019 - 15:59:14 e válido até 29/03/2119 - 15:59:14.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0VTXzcwNTIifMDAxNTA5NTBfMTUyNzQ4XzlwMjJfMUNYQTYxN1o= ou o site>

<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SES 00150950/2022** e o código **1CXA617Z** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.

